

A CHEGADA DA PRIMAVERA ÁRABE NA ARGÉLIA E NO SUDÃO: PARALELOS COMPARATIVOS E INTUITIVOS

George A. Genyi¹



Introdução

A região do Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês) foi engolfada por uma onda fascinante de revoltas e levantes populares em 2011, resultando em uma reformulação dramática da dinâmica geopolítica na Tunísia, com efeitos dominó no Egito, Líbia, Bahrein, Síria e no Iêmen (Friedman 2011; Fahim 2011; Mushtaq e Afzal 2017). Esses movimentos, expressos por meio de protestos de rua espontâneos, mas sustentados e liderados por jovens, repercutiram nas principais cidades, levando a resultados divergentes.

Na Tunísia, o regime autocrático do Presidente Ben Ali foi derrubado, levando-o ao exílio na Arábia Saudita. No Egito, os militares tomaram o poder, enquanto a Síria, a Líbia e o Iêmen caíram em guerras civis fratricidas (Joffe 2015). Estes movimentos são amplamente chamados de “Primavera Árabe”, “Revolução Árabe”, “Despertar Árabe” ou “Insurgências Árabes” (Souza e Lipietz 2011). A primavera árabe continua sendo o conceito mais popular e se refere a um fenômeno generalizado, complexo e multifacetado que simboliza a queda das ditaduras arraigadas para abrir caminho para novos sistemas democráticos (Abdulsattar 2015). O movimento também tem sido contra o desemprego generalizado, a pobreza e a inflação, que resultaram na diminuição ou estagnação das condições de vida da maioria dos cidadãos dos países afetados.

¹ Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria.
E-mail: georgegenyi56@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5006-0456>.

Em termos de propagação, a primavera árabe tem visto uma trégua desde 2013, mas finalmente atracou no Sudão e na Argélia em 2019. Os protestos de rua no Sudão começaram em setembro de 2013 após o anúncio pelo Presidente Omar al-Bashir do fim dos subsídios de combustível e da introdução de outras medidas de austeridade que viram o preço do pão subir a níveis sem precedentes (Elmilek 2018). Na Argélia, os protestos contra o Presidente Abdullaziz Bouteflika começaram em 1.º de março de 2019 e foram ainda mais inflamados por seu desejo de concorrer a um quinto mandato, tendo governado o país por 20 anos.

Os principais casos comparativos considerados aqui são o Sudão e a Argélia. Ambos os países haviam vivido revoltas nos moldes da primavera árabe. Os dois países expressam uma falsa homogeneidade em sua população árabe, mas mostram diferenças notáveis nas dinâmicas econômicas e sociais e na estrutura da sociedade. A Argélia é diferente do Sudão em sua dinâmica e estrutura e nas relações econômicas internacionais. Historicamente, os dois países experimentaram o domínio colonial: o Sudão sob os britânicos e a Argélia sob os franceses. A sangrenta guerra de independência da Argélia se compara à sangrenta guerra civil de décadas do Sudão². Esta é uma visão geral da primavera árabe, como um movimento revolucionário com demandas iniciais incipientes que culminaram na demanda consolidada pela partida dos autocratas dominantes e seus regimes. Os gatilhos da revolta são explorados comparativamente no pano de fundo da dinâmica econômica e estrutural profundamente enraizada das sociedades dos países para sustentar a diferenciação no resultado da revolução. Em conclusão, o documento ilustra o impacto da revolta popular na democratização de ambos os países.

Fundamentos revolucionários: Notas Teóricas

Em sentido estrito, uma revolução significa transformações radicais e profundamente enraizadas da sociedade em termos políticos, econômicos e sociais. Neste sentido, são consideradas revoluções: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Bolchevique de 1917, a Revolução Chinesa de 1948, a Revolução Cubana de 1959 e também a Revolução Iraniana de 1979 (Ramaswany 2003). Estes eventos alteraram drasticamente a natureza dos sistemas sociais e políticos nas sociedades em que eles ocorreram. As revoluções podem assu-

² A sangrenta guerra de independência da Argélia contra a França permanece indelével na mente dos cidadãos como um momento sombrio ao qual os argelinos temem voltar. No Sudão, as décadas de guerra secessionista com o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão são um enorme momento de instabilidade.

mir um caráter violento ou não violento. A caracterização violenta de Dunn (1989, 12) reflete “uma forma de mudança social maciça, violenta e rápida [...] tentativas de incorporar um conjunto de valores em uma nova ou, pelo menos, renovada ordem social”. Ao contrário, revoluções não violentas são orquestradas por civis desarmados que confiam em táticas como a resistência civil e outras formas de protestos públicos, com o objetivo de forçar a saída de um regime autoritário entrincheirado (Summy 2007; Nepstad 2011; Lehoucq 2016). O Movimento do Poder Popular das Filipinas em 1986 e a pacífica Revolução Rosa na Geórgia em 2003 são ilustrações confiáveis (BBC 2019). Aristóteles, no século IV a.C, acreditava que a mudança social era inevitável e tinha o potencial de conduzir a sociedade em direção à perfeição. Neste sentido, as revoluções são ferramentas críticas de correção para restaurar uma sociedade justa e devidamente ordenada que pode ter sido perturbada pela tirania.

O desejo de dar um xeque-mate na tirania dos governantes formou a justificativa original e continuou sendo a base fundamental das revoluções. John Locke justificou as revoluções como um meio legítimo para os governos serem alterados sempre que um monarca introduz sua vontade arbitrária no lugar das leis; quando o monarca constrange o legislador a desempenhar suas funções constitucionais e o poder arbitrário dos monarcas interfere com eleições sem o consentimento do povo. Além disso, uma entrega deliberada do povo a governos estrangeiros ou quando o poder executivo supremo negligencia as leis promulgadas popularmente, mas não poderia fazer cumprir, produziria uma revolução.

A base material das revoluções sociais foi posteriormente lançada por Karl Marx em seu abrangente tratado sobre o curso da história humana. Para Marx, uma revolução é um produto de forças históricas irresistíveis ao longo das linhas de classe expressas na natureza exploradora das relações que intensificam os conflitos de classe. Assim, Skocpol (1978, 26) define revoluções sociais como uma “transformação rápida e básica do Estado e das estruturas de classe de uma sociedade, muitas vezes acompanhada de revoltas de classe a partir de baixo”. Goldstone (2001, 142) descreve uma revolução “como um esforço para transformar as instituições políticas e as justificativas para a autoridade política em uma sociedade, acompanhada de mobilização formal ou informal de massa e ações não institucionalizadas que minam as autoridades existentes”. Segundo Abdulsattar (2015), a chave para o sucesso de qualquer revolução é a disposição da massa do povo de sair às ruas para exigir mudanças e isto deve ser realizável. Arendt (1969) adverte que o foco de uma revolução, tal como é buscada por seus líderes, deve ser menos nas questões de pobreza em massa, mas sim concentrado

na conquista da liberdade dos cidadãos, incluindo a democracia e os direitos humanos, como ressoou na Argélia e no Sudão.

As causas de uma revolução são amplamente enquadradas sob condições materialistas e psicológicas. Tocqueville (1955) e Davies (1962) tiveram uma ênfase semelhante nas condições materiais, em que o aumento a longo prazo do desenvolvimento econômico seguido por um declínio acentuado poderia precipitar uma revolução. Uma revolução é, portanto, um movimento popular que busca uma mudança significativa na estrutura de uma sociedade resultando na derrubada de um governo existente, acompanhado de mudanças sociais e econômicas notáveis (Gottschalk 1944; Davies 1962). Estas mudanças podem ser realizadas por meios não violentos de protesto público e de resistência civil.

Uma visão geral da Primavera Árabe

A primavera árabe é um termo guarda-chuva para os movimentos sociais e revoltas populares generalizadas que surgiram em dezembro de 2010 na Tunísia (Abdulsattar 2015). Do Egito à Tunísia e à Líbia, a liderança política dominante era autoritária, mesmo quando a aparência democrática era percebida nos moldes de “democracias não liberais” (Zakaria 1997) ou “autocracias liberalizadas” (Brumberg 2002). Estas pseudo-democracias permitiram a existência de instituições da sociedade civil, mas as liberdades civis foram em grande parte reduzidas, o que se tornou o bastião dos movimentos sociais que se mobilizaram para exigir mudanças políticas radicais.

A primavera árabe foi desencadeada pela desesperada auto-imolação de um graduado vendedor de legumes tunisiano de 26 anos de idade, Mohammed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010 na cidade de Sidi Bouzid (Souza e Lipietz 2011). Bouazizi, era um desempregado que começou a vender legumes e frutas depois de uma dura luta por um emprego. Sem licença para vender, uma policial confiscou seu carrinho. Uma experiência repetida e sua tentativa de pagar uma multa à policial provocaram um tapa e uma cuspada no rosto, além de insultos ao falecido pai de Bouazizi (Joffe 2015). Enfurecido e frustrado, Bouazizi partiu, mas retornou ao quartel general, encharcou-se de substância inflamável e se colocou em chamas (Mckay 2011).

A auto-imolação de Bouazizi foi transformada em um símbolo de descontentamento generalizado com o regime de Ben Ali (Joffe 2015). Com uma rapidez indeterminável, manifestações espontâneas e generalizadas começaram e se fundiram em torno da demanda pela remoção do regime

de Ben Ali. Os protestos eram manifestações de frustrações profundamente enterradas contra o alto desemprego, a corrupção, a inflação alimentar e a falta de liberdades políticas (Mckay 2011; Mushtaq e Afzal 2017). Os protestos intensificaram-se e, em 14 de janeiro de 2011, o presidente Ben Ali renunciou ao exílio na Arábia Saudita após 23 anos no poder.

As causas da revolta variam em toda a região, mas algumas semelhanças compartilhadas podem ser distinguidas. Após a crise econômica no início dos anos 90, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial induziram reformas liberais no norte da África, levando a uma ampla privatização de empresas estatais que resultou em uma interferência reduzida do governo, mas com um declínio sustentado nos padrões de vida que permaneceu por anos (Akram 2011). A queda nos preços do petróleo e a crise financeira global de 2008-2009 significaram baixas receitas para o Estado que, por sua vez, forçaram uma redução drástica nos gastos públicos (Muller e Hubner 2014). A grande implicação disso foi a austeridade econômica que deu origem a taxas de desemprego mais elevadas (Tucker 2012), que em média chegaram a 20% em toda a região. Logo após as altas taxas de desemprego, em 2010, houve uma crise alimentar (Mushtaq e Afzal 2017). Consequentemente, protestos públicos contra o aumento da inflação e dos preços dos alimentos começaram a aparecer nesses países em 2010 (Ansani e Daniele 2012). Behr e Aaltola (2011, 2) resumem a causa da revolta árabe como deterioração do padrão de vida e desigualdade crescente, falta de liberdades políticas e responsabilidade pública (Shahi 2011; Muller e Hubner 2014).

Os resultados práticos da revolta variam em toda a região devido, essencialmente, às dinâmicas e às estruturas socioeconômicas e políticas internas de cada país. Na Tunísia, o Estado dominava a sociedade e tinha controle total sobre a vida das pessoas. A revolução tunisina tornou-se uma revolta interna contra o domínio do Estado, e a revolta foi apoiada por partidos de oposição exilados e coordenada por sindicatos como a União Geral do Trabalho Tunisino (UGTT) (Shahi 2011). A destituição de Ben Ali só foi possível com o apoio dos militares, que se comprometeram a proteger a revolução (Brooks 2013).

O resultado no Egito tem sido radicalmente diferente do da Tunísia. Os acontecimentos na Tunísia desencadearam protestos no Egito, que culminaram com manifestações na praça Tahrir em 26 de janeiro de 2011. À medida que os protestos aumentaram e se expandiram com a intensificação das exigências de liberalização, o presidente Hosni Mubarak pediu aos militares que reprimissem os manifestantes, o que foi rejeitado. Em 10 de fevereiro de 2011, Mubarak renunciou e os militares assumiram o poder,

mudando o chefe do regime, uma vez que o presidente Mohammad Morsi assumia o poder, mantendo a estrutura de poder subjacente (Hassan 2011). Os militares prometeram reformas e realizaram eleições em 3 de julho de 2013, quando o General Sisi assumiu a presidência. Com este desenvolvimento, a revolução egípcia estagnou com um terrível retrocesso a um regime repressivo da junta, devido à divisão social e aos violentos ciclos de conflito desde o golpe militar (Abdulsattar 2015). Como a Tunísia, o ditador partiu, mas a ditadura permaneceu. Os militares apoiaram a revolução, mas a exploraram em seu próprio benefício para sustentar o regime, suprimir o povo, manter seus privilégios e proteger os interesses dos EUA.

O ímpeto e as transformações espantosas na Tunísia e no Egito aumentaram as expectativas na Líbia, cujos cidadãos viam o cenário em evolução como potencial para o futuro. Divisões tribais, o isolamento militar e as experiências de abertura do filho de Kadhafi revelaram a fraqueza do regime, juntamente com a aquiescência da Líbia ao sistema internacional na entrega dos bombardeiros Lockerbie. Estes deveriam confirmar a perda gradual do controle pelo regime. O fracasso do governo líbio em compensar as vítimas do massacre prisional de 1996 aprofundou ainda mais o ressentimento contra o regime e isto acendeu o plano para o protesto público de 15 de fevereiro de 2011 em Benghazi (Lehmann 2011).

Estes acontecimentos esgotaram a moral do regime, levando seu apoio tribal de Cyrenaica, intelectuais urbanos selecionados, guerrilheiros islâmicos, profissionais seculares e outros líderes tribais a formarem um Conselho Nacional de Transição Provisório, em 17 de fevereiro de 2011, para derrubar o regime (Joffe 2015). Embora o regime tenha sido derrubado com o assassinato de Kadhafi, o país caiu em uma guerra civil fratricida com o governo provisório de unidade nacional reconhecido pelas Nações Unidas, enquanto os rebeldes do general Khalifa Haftar apoiados pela Arábia Saudita, continuam sendo um desafio mortal na Líbia (Yom 2011; Abdulsattar 2015).

O Iêmen, outro estado literalmente falido, com um tribalismo endêmico, sectarismo religioso e uma rebelião crescente dos rebeldes Houthi no norte, também se inspirou na primavera árabe. O país, sob o governo do presidente Ali Abdullah Saleh há três décadas, está em dolorosa miséria. Com a queda dos preços do petróleo e o crescimento da população predominantemente jovem, taxa de desemprego em 50%, o nível mais alto de desnutrição e a aguda escassez de água, os cidadãos do país têm se reerguido em meio a queixas generalizadas. Contra a miséria econômica, o nepotismo e a repressão política, protestos generalizados tiveram “líderes tribais unidos, a oposição e os sindicatos” (Jones 2011) em sua demanda para que Saleh renunciasse.

Impulsionado pelo apoio da Arábia Saudita com a bênção dos EUA, o Iêmen caiu sem um governo funcional e ainda está cambaleando sob uma brutal guerra civil contra os rebeldes Houthi. Assim, em geral, a heterogeneidade dos vários países árabes em suas dinâmicas internas e a assistência técnica de atores externos revelaram resultados paralelos da Primavera Árabe em diferentes países árabes (Negri 2015).

Argélia e Sudão entram na briga: antecedentes políticos e condições econômicas

Embora a Argélia compartilhe pontos comuns com seus vizinhos, tais como uma população jovem em crescimento, uma economia atrasada e uma transição de liderança política incerta após o governo autoritário de 20 anos do Presidente Abdelaziz Bouteflika, o país parecia ter resistido à tempestade da primavera árabe em 2011. O governo argelino ofereceu uma resposta pragmática às revoltas ao aumentar os gastos públicos por meio de subsídios excessivos, investimentos em infraestrutura e um ambicioso programa habitacional para abafar o descontentamento local, além de auxílios clandestinos. Também foram criados grandes empregos públicos no setor de segurança para absorver muitos jovens desempregados e foi feita uma grande concessão de empréstimos públicos sem juros para jovens empreendedores (ICG 2018).

A sociedade argelina estava cambaleando em meio a dificuldades econômicas e políticas. Politicamente, o país estava nas mãos do Presidente Bouteflika, que foi visto como um símbolo de reconciliação após a guerra civil contra os fundamentalistas islâmicos no final dos anos 90. Bouteflika chegou ao poder em 1999 e estava buscando um quinto mandato de cinco anos em abril de 2019, apesar de ter sido paralisado por um derrame cerebral em 2013. Embora raramente visto em público devido a seu problema de saúde, ele estava determinado a se agarrar ao poder, uma tendência que foi uma preocupação inicial de transição para o país. Economicamente, o país dependia “de petróleo e gás em até 97% das exportações totais, dois terços da receita estatal e um terço do produto interno bruto” (ICG 2018, 2). Quando

os preços do petróleo caíram, em 2014³, a economia foi forçada a se voltar para suas reservas cambiais de US\$200 bilhões para remendar a situação, mantendo um regime de subsídios de apoio e patrocínio estatal. Embora os preços tenham se recuperado parcialmente em 2017, o Estado só poderia responder à crise introduzindo medidas de austeridade, como o aumento dos preços dos combustíveis, introduzindo restrições às importações e permitindo uma desvalorização cautelosa da moeda local. Estas medidas tiveram um enorme e doloroso efeito sobre o bem-estar público.

Contestações por poder e influência também haviam surgido na Argélia entre uma nova oligarquia empresarial privada, desde o colapso da economia socialista em 1992, e uma classe política entrincheirada que desviava recursos do Estado. Desde 2017, parecia que a oligarquia emergente do setor privado estava em ascensão, aumentando a tensão de transição (Mekouar 2017). Ela era vista como um parasita que se beneficiava de um favor especial do Estado, mas que desempenhava um papel político mortal. Em todas estas dinâmicas, o Estado tinha conseguido evitar com sucesso a agitação por uma ameaça velada do retorno da violência de 1990. Mas isto pareceu falhar quando os protestos começaram em 2017, desafiando as políticas econômicas do Estado. Estes protestos foram espontâneos, mas dispersos e descoordenados. Em janeiro de 2019, os protestos cresceram, se espalharam e se intensificaram, mas foram em grande parte domados pelas forças de segurança.

Os esforços do Estado argelino para domar totalmente a revolta popular fracassaram quando, em 21 de fevereiro de 2019, milhares de seus cidadãos organizaram uma manifestação pacífica contra a corrupção e a opressão sob o regime de Bouteflika após o presidente anunciar a decisão de concorrer novamente, pela quinta vez, nas eleições de 18 de abril (Aljishi e Jacobs 2019). Bouteflika chegou ao poder em 1999 e, por meio de um golpe constitucional, criou emendas contra um limite de dois mandatos em 2008, permitindo-lhe a possibilidade de uma presidência vitalícia. Incapacitado por um derrame cerebral desde 2013, o presidente de 81 anos foi visto pelos cidadãos como medicamente inapto para concorrer a outro mandato. Quando o presidente confirmou sua intenção de concorrer, os protestos explodiram e se intensificaram em todo o país, levando à sua renúncia após a pressão dos

3 A Argélia é um país estratégico no Mediterrâneo Ocidental; o maior produtor e exportador de gás natural para os países do Mediterrâneo e o segundo maior exportador de GNL para a Europa e países vizinhos. O colapso dos preços do petróleo em 2014 ameaçou a economia e a segurança do país, levantando preocupações devido a comparações com o colapso dos preços de 1986-1988 que desencadeou motins e levou a um golpe militar, repressão, vitórias eleitorais islâmicas e a guerra civil dos anos 1990.

militares, quando o Parlamento foi chamado a declará-lo inapto. O recurso dos militares aos meios constitucionais foi um testemunho do nível de institucionalização da democracia na Argélia. Além disso, o movimento associou os militares ao povo e evitou a impressão de que eles queriam o poder para si. Da mesma forma, os juízes de todo o país também anunciaram sua decisão de não supervisionar as eleições se o presidente Bouteflika fosse concorrer. Uma combinação destas medidas com protestos incessantes, adequadamente apoiados pelos militares, forçou o presidente a renunciar e entregar o poder a um candidato interino, que prometeu eleições dentro de 90 dias e um referendo subsequente sobre uma nova constituição.

No Sudão, o Presidente Omar-al Bashir chegou ao poder em 1989 por via de um golpe de Estado e se transformou em um presidente civil eleito, governando o país por 30 anos. Sob o governo do Partido do Congresso Nacional (NCP), o Sul do Sudão se separou do resto do país e o resto da sociedade sudanesa continuou a experimentar um sofrimento humano excruciante. A deterioração das condições econômicas do país foi em grande parte responsável pela secessão do Sudão do Sul em 2011. Isto levou à perda de 75% das reservas de petróleo do Sudão (ICG 2019), negando ao país bilhões de dólares em receitas. A receita do petróleo tinha constituído mais da metade dos recursos do Sudão e 90% de suas exportações (Sudan Tribune 2019). O governo sudanês sob Bashir não estava preparado para o choque econômico da secessão do Sudão do Sul. Grande parte da economia do país foi mal administrada devido à corrupção enraizada e aos altos gastos militares na luta contra a insurgência nas regiões de Kordofan do Sul, Darfur e Nilo Azul (Abdulbari 2019). O Sudão ficou na 175ª posição entre 180 no índice de percepção de corrupção em 2017, o que atesta o alto nível da corrupção arraigada no país. O pequeno boom do ouro de 2011 também não beneficiou a economia, pois os mineiros se recusaram a vender para o Banco Central, preferindo contrabandear-lo para onde os preços eram mais altos. Com reservas internacionais baixas e uma dívida externa de US\$55 bilhões, a alavancagem de empréstimos externos foi reduzida e o país foi forçado a depender de acordos de empréstimos *ad hoc* dos Estados do Golfo (ICG 2019). O acesso à iniciativa FMI-Banco Mundial de países pobres altamente endividados foi bloqueado devido às sanções dos EUA por 20 anos. O efeito combinado destas dinâmicas piorou as condições econômicas no Sudão, deixando o governo vulnerável ao descontentamento.

Embora o governo sudanês tenha culpado as sanções impostas pelos EUA em função do seu apoio ao terrorismo internacional e da prevalência da violação dos direitos humanos (Verjee 2018) pela desorganização econômica, sua gestão da economia foi fraca. Com o fim das sanções em novembro de

2017, uma reunião com o FMI por funcionários sudaneses resultou em uma recomendação de “isenções fiscais simplificadas e a eliminação gradual dos caros subsídios de combustível e trigo” (Elamin e Mampily 2018, 1). O governo aceitou estas recomendações e cortou os subsídios para combustível e trigo, mas não implementou a outra recomendação do FMI sobre a transferência de dinheiro para famílias vulneráveis como parte dos gastos com proteção social (Abdulbari 2019). Além disso, o governo desvalorizou a libra sudanesa (ICG 2019). Estas medidas aumentaram as pressões inflacionárias que cumulativamente atingiram mais duramente os pobres, muitos dos quais estavam desempregados, representando 20% da população jovem (Altaher e Fox 2018; Abdulbari 2019). O povo sudanês respondeu à esmagadora condição econômica e à forma insatisfatória com que o governo lidou com a situação que resultou na escassez de combustível e no aumento dos preços dos alimentos, especialmente do pão, em 19 de dezembro de 2018, com protestos públicos que começaram na cidade de Atbara espalhados por todo o país para outras cidades, incluindo Cartum, a capital, exigindo a derrubada do PCN e a renúncia de al Bashir.

Gatilhos da revolta na Argélia e no Sudão

Há paralelos profundos que podem ser traçados nos gatilhos da chegada da primavera árabe no Sudão e na Argélia. Conceitualizando amplamente, sudaneses e argelinos há muito sofriam privações econômicas. No Sudão, as fortunas econômicas haviam desaparecido em grande parte após décadas de má administração e pelo jugo de vinte anos de sanções dos EUA sobre a economia sudanesa. Em 2017, as sanções foram removidas, mas seus benefícios se espalharam muito lentamente. Além das sanções, a secessão Sul-sudanesa ocorreu em 2011, e a economia sudanesa perdeu 75% de sua receita petrolífera (Abdulbari 2019). Após insurgências nas regiões de Kordofan do Sul, Darfur e Nilo Azul, as despesas militares permaneceram altas, enquanto as despesas com saúde e educação continuaram a diminuir. Com a inflação em 72,94%, o desemprego juvenil em 20% e as medidas de austeridade introduzidas para aumentar a receita pública por meio da retirada dos subsídios de combustível e trigo, os preços destes bens essenciais subiram drasticamente e as condições de vida pioraram, empurrando os sudaneses ao limite e fazendo-os erguer-se contra o regime.

Na Argélia, uma economia dependente do petróleo como a do Sudão, as receitas do petróleo caíram em 2014 após a queda global dos preços do petróleo. O efeito desta queda na receita foi amenizado pela utilização das

reservas internacionais de US\$200 bilhões do país e pelo Fundo Soberano de Riqueza de US\$37 bilhões. Mas isto não foi suficiente para rapidamente impulsionar a recuperação da economia. Em 2017, as reservas caíram para US\$97 bilhões e o Estado respondeu com a introdução de medidas de austeridade, cortando seus gastos em 9 e 10% em 2016 e 2017, respectivamente (Mekouar 2016). Os subsídios aos combustíveis foram cortados e seu preço subiu. Foram impostas restrições às importações e a moeda foi desvalorizada. Em 2018, mais cortes no orçamento se seguiram, levando ao aumento do custo de vida. Em uma economia de rentistas como a da Argélia, cortar os gastos do Estado é uma decisão impopular em um país acostumado a subsidiar os combustíveis e outros bens básicos. Diante disso, o desemprego aumentou para 29% entre os jovens, que constituem 70% da população do país (Aljishi e Jacobs 2019). Uma economia em tal crise não pode ajudar os cidadãos a ter acesso a oportunidades para um melhor sustento e isto parecia estar piorando.

As condições políticas que também estavam na raiz da revolta compartilhavam paralelos no Sudão e na Argélia. O Sudão estava sob a liderança autoritária de Omar al Bashir desde 1989. O governo de trinta anos do presidente Bashir não tolerava nenhuma oposição. Sua brutalidade levou o Tribunal Penal Internacional (TPI) a praticamente colocar uma etiqueta de genocida em sua cabeça, bem como a emitir um mandado de prisão (Abati 2019). A repressão política foi predominante, utilizando as forças de segurança. O povo sudanês não podia mais contemplar um futuro com Al Bashir como presidente e exigia que ele deixasse o cargo.

O presidente Abdelaziz Bouteflika governou a Argélia por 20 anos e é visto como um conciliador nacional, tendo terminado a sangrenta guerra civil dos anos 90 no país. Ele é percebido como o herdeiro da estabilidade social e política. Em 2013, ele sofreu um derrame cerebral e, desde então, quase não foi visto em público. Apesar desta fraqueza física por sete anos, parecia que as elites militares, empresariais e políticas tinham um consenso para mantê-lo como líder do país (Boduszynski 2019). Enquanto os protestos iniciais eram contra as medidas de austeridade, o anúncio da intenção de Bouteflika de concorrer às eleições presidenciais para outro mandato provocou indignação, e os manifestantes acrescentaram a exigência de que ele renunciasse. Sudão e Argélia, duas sociedades acostumadas a subsídios, não podiam aceitar cortes nas despesas públicas, especialmente sem alternativas e com uma crescente população desempregada e predominantemente jovem. Era hora de tomar em suas mãos seus destinos e exigir o surgimento de uma nova liderança política.

Protestos em massa: Estados e resposta internacional

Protestos maciços começaram no Sudão em 19 de dezembro de 2018 contra medidas de austeridade na cidade de Atbara, a 180 milhas de Khartoum, mas rapidamente se espalharam para outras 28 cidades, incluindo a capital, em janeiro de 2019. Comparativamente, estes protestos já vinham ocorrendo no Sudão há muito mais tempo, com uma propagação maior do que na Argélia. A primavera árabe havia desencadeado protestos no Sudão no final de setembro de 2013, mas foi resolutamente domada pelo envio de forças de segurança. A onda de protestos eclodiu nas três grandes cidades de Wad Madani, Khartoum e Omdurman, bem como em outras cidades devido às políticas estatais que acabaram com os subsídios de combustível e outras medidas de austeridade. As forças de segurança do Estado responderam com força letal deixando mais de 170 pessoas mortas (HRN 2014, 1). Muitas centenas de outras pessoas foram feridas e detidas. Devido à natureza desordenada dos protestos, faltou-lhes direção, e, com a extrema força aplicada pelas forças de segurança, eles logo se acalmaram. O início dos protestos pacíficos, em meados de dezembro de 2018, foi diferente dos anteriores, porque os “motivos, intensidade, popularidade, duração e número de mortos” eram significativamente diferentes (Africa Centre for Strategic Studies 2019, 4). Os protestos que começaram em Atbara, uma semi-cidade, rapidamente se espalharam para outras cidades até dezembro. É importante notar que Atbara e outras cidades foram deliberadamente alvo de medidas de austeridade para evitar a organização eficaz de protestos na capital, mas com os protestos ficou claro que esta estratégia tinha falhado.

Uma vez iniciado, profissionais sudaneses organizados, entre médicos, engenheiros, advogados e jornalistas, professores universitários e estudantes, uniram forças com os dois maiores partidos de oposição para intensificar os protestos. Os protestos iniciais foram contra o alto custo do pão e do combustível devido à inflação, mas isso logo se transformou em uma demanda para que o presidente renunciasse (Altaher e Fox 2019). A intensidade do protesto havia sido reforçada pelo enorme número de jovens desempregados que foram efetivamente mobilizados por intelectuais e profissionais com objetivos claros: uma transição para um regime civil que prepararia as estruturas, incluindo legais e políticas, para a realização de eleições livres e justas.

A resposta do Estado tinha sido brutal, com forças de segurança usando munições vivas e gás lacrimogêneo, levando à morte de mais de 45 pessoas até o final de janeiro de 2019 (Abdulbari 2019). Quanto mais força

era utilizada, mais energizados ficavam os manifestantes. As revoltas foram impulsionadas pela retirada de 22 partidos políticos, incluindo os islâmicos, do diálogo nacional e seu apelo para que o Presidente Bashir renunciasse e colocasse em seu lugar um conselho soberano e um governo de transição. O governo sudanês também impôs um estado de emergência por um ano, mas foi reduzido a seis meses pelo parlamento. Seguiu-se a dissolução do gabinete e a remoção do Vice-Presidente, Gen. Bakri Hassan Salih, que foi substituído pelo Ministro da Defesa, Gen. Awah Ibn Auf. Todos os governadores regionais eleitos também foram dissolvidos (Hashim 2019). Estes movimentos foram para distanciar Bashir de seu PCN e assumir uma ampla neutralidade. A gota d'água foi o apoio tático do exército aos manifestantes, que foram descritos como ambiciosos.

A persistência dos protestos levou a um golpe militar que derrubou o Presidente Bashir em 10 de abril de 2019, com sua prisão e detenção. Foi criado um Conselho militar liderado pelo general Auf. O Conselho anunciou amplas reformas com uma promessa de eleições em quatro anos, promessas que foram recusadas pelos manifestantes que insistiram em um conselho de transição civil sem nenhuma das personalidades associadas ao regime de Bashir. O general Auf se curvaria às exigências dos manifestantes e renunciaria dentro de vinte e quatro horas em favor do tenente-general Abdel Fattah-al-Burham (Tisdall 2019). A aliança *"Freedom for Change"* que coordenava os manifestantes estava determinada a eliminar todo o antigo sistema e inaugurar um novo amanhecer na história política do país. Os militares determinados a manter o poder aceitaram um meio-termo de um conselho híbrido militar-civil de transição por três anos.

A resiliência dos protestos é atribuída a uma série de fatores salientes. O protesto não começou na capital Cartum, onde o regime havia investido em forças de segurança para dar xeques-mate em atividades similares. Os protestos podem ter lutado para ganhar impulso em 2013, mas desta vez as áreas rurais foram o foco de atenção e sua mobilização apoiou comícios nacionais nos grandes centros urbanos. A coalizão de forças em organizações e figuras notáveis também oxigenou os protestos. Grandes partidos políticos de oposição (*"Sudan Call"*, incluindo o Partido Umma, o Partido Democrático Unionista e as Forças Consensuais Nacionais) se uniram em torno dos protestos. O retorno do autoexilado líder da oposição Sadiq-al-Mahdi, que declarou apoio aos manifestantes, permaneceu como uma grande prancha que surgiu com as manifestações. A fragmentação no partido governista, que levou ao isolamento do exército e sua presença marginal fora da capital, abriu o regime e preparou o caminho para o exército se voltar contra Bashir e favorecer os manifestantes.

O papel dos militares na formação do resultado dos protestos na Argélia e no Sudão é significativo. A confiança nos militares é bastante alta na Argélia, devido ao seu papel na descolonização e na estabilidade no país. No Sudão, a confiança nos militares oscila entre muito alta e baixa e permaneceu em baixa após a primavera árabe, de 2011 a 2018 (Alkurd 2019). Foi esta percepção positiva das forças armadas que levou a seu posicionamento ao lado dos manifestantes, a fim de remover Bouteflika e Bashir do poder (Alaoui 2019; Alkurd 2019).

Em uma escala regional mais ampla, há o efeito contagioso dos protestos em outros países (Mampilly e Elamin 2019). Finalmente, a demanda dos manifestantes foi clara: mudança que significasse uma ruptura completa com o passado, incluindo com os militares. O que os manifestantes pediram foi um novo governo de transição civil sem manchas, liderado por tecnocratas capazes de transformar a economia sudanesa em busca de melhores oportunidades e liberdades políticas; um governo do qual eles participassem.

Comparativamente, os protestos começaram em Argel sem demandas ou objetivos políticos claros e sem uma liderança firme. As vozes dos manifestantes eram um mero desafio contra as medidas de austeridade. Estas vozes, entretanto, logo se uniram em uma demanda política para que o Presidente Bouteflika renunciasse, após a confirmação de sua intenção de buscar um quinto mandato de cinco anos. Estes protestos, como no Sudão, diferiram dos anteriores, pois foram galvanizados por uma juventude urbana desempregada mais instruída.

Na esteira da primavera árabe em 2011, protestos esporádicos surgiram em Argel, mas foram controlados. Duas razões explicam isto. O país valorizou a estabilidade e a segurança, o que foi balizado pela memória coletiva da guerra civil do final dos anos 90. Mais de 200.000 pessoas perderam suas vidas, e os argelinos temem voltar a essa época, por isso são cautelosos com as dinâmicas políticas, especialmente mudanças drásticas. A segunda razão está relacionada ao uso da receita do petróleo para comprar a paz por meio do aumento dos gastos públicos de quase 25% (Khan e Mezran 2014). O descontentamento interno foi diluído por subsídios generosos, investimentos em infraestrutura e um enorme esquema de habitação gratuita. Além disso, grandes recrutamentos foram realizados pelas forças de segurança (ICG 2018).

Politicamente, como no Sudão, o país estava farto da perspectiva do mesmo regime autoritário sob Bouteflika e exigiam mudanças. O isolamento dos militares e sua transformação em um corpo profissional evitaram que eles fossem manchados pelo regime e fizeram com que eles não pudessem ser

usados para reprimir os protestos. Agindo em favor dos manifestantes, eles aproveitaram os arranjos constitucionais para exigir a remoção de Bouteflika pelo Parlamento. Esta pressão constante levou à renúncia do Presidente, abrindo caminho para a nomeação de Abdelkader Bensalah, ex-Presidente do Parlamento, com a promessa de eleições dentro de 90 dias (The Economist 2019; Nossiter 2019). Ao contrário da resposta brutal das forças de segurança no Sudão contra manifestantes pacíficos, as autoridades argelinas simplesmente pressionaram pela renúncia do Presidente por meio da instrumentalidade das forças armadas.

Os protestos não violentos têm sido, em grande parte, menos dispendiosos e razoavelmente construtivos e orientados por resultados diante da agressão. Ao permanecerem pacíficas, as forças de segurança, em um contexto de ampla cobertura da mídia internacional, não poderiam retaliar com força bruta contra manifestantes desarmados. Sobretudo, o regime moribundo pode ter ficado visivelmente dividido quanto à opção de empregar a força bruta para desmobilizar os manifestantes. Estreitamente relacionado, mas poderosamente reforçado, é o efeito funcional dos protestos pacíficos em gerar uma mobilização efetiva do povo. No centro da participação maciça da população nos protestos estava a inclusão palpável como um princípio de mobilização. Os manifestantes quebraram as barreiras sociais, políticas e econômicas, e estavam unidos em função das privações sofridas durante anos para exigir liberdades básicas e melhores condições de vida como direitos coletivos (Bishara 2019).

Os Estados Unidos, a Noruega, o Reino Unido e o Canadá emitiram uma declaração conjunta condenando a violência orquestrada pelas forças de segurança contra manifestantes pacíficos e pedindo ao governo de Cartum que evite a violência, a detenção arbitrária e a censura da mídia (Altaher e Fox 2018). Em geral, a comunidade internacional permaneceu cautelosa em relação aos eventos no Sudão, um movimento que foi informado pelo resultado desastroso da influência internacional dos eventos no Egito, Iêmen, Síria e na Líbia. Entretanto, após uma repressão militar aos manifestantes no início de junho que matou 113 pessoas, as nações da ONU exigiram cautela e conclamaram as autoridades militares sudanesas a respeitarem os direitos básicos dos sudaneses, incluindo a liberdade de expressão e de reunião. Os Estados Unidos também condenaram os ataques e apelaram para uma transição liderada por civis que conduzisse eleições que garantissem a livre expressão da vontade do povo sudanês (Aljazeera 2019).

A União Africana em sua tradicional resposta contra os golpes militares deu aos militares três meses para entregar o poder a um regime

civil no Sudão. Este foi um movimento estratégico que serviu aos objetivos dos manifestantes, exigindo uma ruptura limpa com o passado, no qual os militares participaram efetivamente. A União Africana (UA), embora seja uma reencarnação dos antigos sentimentos africanos de autopreservação, foi forçada pelos eventos a agir de forma decisiva. Primeiro foi a suspensão das conversações do Conselho Militar com a oposição sobre a composição do Conselho Transitório, o massacre de 113 pessoas pelas Forças de Apoio Rápido (RSF), usando força excessiva para dispersar a base revolucionária em manifestantes do quartel general militar (AP 2019a; 2019b). Após esta virada drástica dos acontecimentos, a UA suspendeu o Sudão da União até a nomeação de uma transição civil no país (Aljazeera 2019).

A resposta internacional à revolta também foi silenciada e pareceu neutra, deixando os argelinos para decidirem seu futuro (DW 2019). A posição francesa, “em cima do muro”, reflete o temor nascido de seu relacionamento com a Argélia, especialmente seu legado colonial. A França, por todas as indicações, evitou qualquer interpretação de sua ação como interferência. A Argélia também é vista como um parceiro estratégico da França em questões econômicas e sociais, como a contenção da migração da África subsaariana e o terrorismo islâmico no Sahel. Neste contexto estratégico, as relações diplomáticas francesas com a Argélia são uma questão sensível, e uma Argélia em convulsão é a opção menos desejável, pois isso pode afetar as relações com a União Europeia.

A postura aparentemente silenciosa e afastada da França foi copiada pelos EUA, com uma inclinação em favor dos manifestantes. Os EUA observaram que os manifestantes tinham o direito de se opor ao Presidente Bouteflika no contexto de seu direito à reunião pacífica (Kramdi 2019). Os líderes europeus estavam preocupados com os acontecimentos na Argélia, especialmente os de países mediterrâneos, como Espanha, Itália e França, que têm interesses na estabilidade da Argélia no que diz respeito à imigração e ao terrorismo. Como os maiores parceiros comerciais de petróleo e gás da Argélia, a estabilidade do país é, portanto, inestimável para os EUA e Europa, daí o apoio silencioso e encoberto dos EUA aos manifestantes para não agravar os eventos que pudessem precipitar a instabilidade com efeitos adversos sobre as preocupações estratégicas de ambas as partes.

Conclusão

A primavera árabe continua sendo um dos eventos mais relevantes na cena internacional desde a queda do Muro de Berlim. A crise econômica com alta inflação, desemprego e falta de democracia desencadeou esta revolta não violenta que alcançou resultados significativos, notadamente a expulsão dos líderes autoritários em ambos os países. A primavera árabe se tornou o respiro para superar décadas de frustrações e medos reprimidos para o futuro.

A abordagem não violenta da mudança de regime provou ser satisfatória tendo os militares como aliados eficazes. O isolamento no Sudão produziu um golpe que posicionou as forças armadas como uma instituição formidável para garantir a segurança e o futuro de seus países, ao se colocar ao lado dos manifestantes com um papel importante nas transições. Na Argélia, os militares, mais profissionais, confiaram no constitucionalismo para impulsionar a transição. Em ambos os países, entretanto, os manifestantes desenvolveram uma demanda comum para acabar com o passado em sua totalidade e moldar o futuro de seus países com os militares ao lado da população civil, um resultado positivo de uma estratégia não violenta.

REFERÊNCIAS

- Abati, Rueben. 2019. "The People's Revolt in Algeria and Sudan". Maio 17, 2019. <http://saharareporters.com/2019/04/16/people%E2%80%99s-revolt-algeria-and-sudan-reuben-abati>.
- Abdulbari, Nasredeen. 2019. "The Strong and Beautiful Message of Sudan Young Protests". *The New York Times*, Janeiro 29 2019 <https://www.nytimes.com/2019/01/29/opinion/sudan-protests-bashir.html>
- Abdulsattar, Tammam Omer. 2015. A Critical Analysis of the Arab Spring: Case Studies of Tunisia and Egypt. A thesis submitted to the Board of Graduate programs of Middle East Technical University, Northern Cyprus campus.
- Africa Centre for Strategic Studies. 2019. Understanding the significance of the protests in Sudan. <https://africacenter.org/spotlight/understanding-the-significance-of-he-protests-in-sudan> Abril 14, 2019
- Akram, S.H. 2011. "The Arab spring: Causes, Effects and Implication for Pakistan and Afghanistan". *Journal of South Asian Studies*, 169-171

- Alaoui, Hicham. 2019. "From Algeria to Sudan, a new lease of life for Arab Springs." <https://orientxxi.info/magazine/from-algeria-to-sudan-a-new-lease-of-life-for-arab-springs,3204>
- de Tocqueville, Alex. (1955). *The old regime and the French Revolution*, New York.
- Ansani, Andrea e Daniele, Vittorio. 2012. "About a Revolution: The Economic Motivation of the Arab Spring". *International Journal of Development and Conflict*, 3(3) 21-35
- Alkurd, Dana. 2019. The army: The cases of Algeria and Sudan. *AlMuntaqa*, 2 (2) 103-109 <https://www.jstor.org/stable/10.31430/almuntaqa.2.2.0103>
- Aljazeera. 2019. "African Union Suspends Sudan Over Military Crackdown". <https://www.aljazeera.com/news/2019/06/africa-union-suspends-sudan-violence-protesters>, June 7, 2019
- Aljishi Sarah e Ellen Jacobs. 2019. Are mass protests in Algeria signs of the Arab spring? <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/mensource/are-the-mass-protests-in-algeria-signs-of-the-arab-spring-2.0>
- Altaher, Nada e Fox, Kara. 2018. "Sudan Cracks Down on Growing Anti Government Protests. CNN. December 25, 2018 <https://editions.cnn-com/2018/12/25/Africa/sudan-protests-violence-infl/index.html>
- Arendt, Hannah. 1969. *On Revolution*. New York: The Vikings Press
- Associated Press. 2019. "The Latest: UN Rights Office wants Monitors in Sudan", Junho 7, 2019. <https://www.washingtonpost.com/world/africa/the-un-rights->
- Associated Press. 2019. "Sudan Pro-democracy Groups Vow to Continue Protests After Deadly Crackdown, Junho 7, 2019. <https://www.nytimes.com/2019/06/06/world/africa/sudan-protests-military-crackdown.html>
- BBC. 2019. The '3.5% rule': How a small minority can change the world. <https://www.bbc.com/future/article/20190513-it-only-takes-35-of-people-to-change-the-world>
- Behr, Timo e Mika Aaltola. 2011. "The Arab Uprising: Causes, prospects and implications". *The Finnish Institute of International Affairs*; FIIA Briefing Paper, No. 76:1-10

- Bishara, Marwan .2019. "The Art of Revolution: What Went Right in Sudan and Algeria. Aljazeera, Maio 15, 2019. <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/art-revolution-sudan-algeria-190415114207364.html>
- Boduszynski, Mieczyslaw. 2019. "Will Democratic Transition Succeed in Algeria?". *The Global Post*. Abril 10, 2019 <https://theglobalpost.com/2019/04/10/algeria-democratic-transition>
- Brooks, Risa. 2013. Abandoned at the palace: Why Tunisian military defected from Ben Ali regime in January 2011. *Journal of Strategic Studies*, 36(2)205-220:DOI:10.1080/01402390.2012.742011.
- Brumberg, Daniel. 2002. "Democratization in the Arab World: The Trap of Liberalized Autocracy". *Journal of Democracy*, 13, (4)56-68
- Chenoweth, Erica e Stephan, J. Maria. 2011. Why civil resistance works: The strategic logic of nonviolent conflict. New York: Columbia University Press
- Davies, James. 1962. "Toward a Theory of Revolution". *American Sociological Review*, 27 (1)5-19
- De Souza, Marcelo Lopez e Lipietz, Barbara. 2011. "The Arab spring and the city: Hopes, contradiction and spatiality". *City: Analysis of urban trends, culture, theory, policy action* 15 (6) 18-624
- Dunn, John. 1989. "Modern Revolutions: An introduction to the analysis of a political phenomenon". Cambridge: Cambridge University Press
- DW 2019. Algeria: "Protesters keep up demand for political rehaul" <https://www.dw.com/en/algeria-protesters-keep-up-demand-for-political-rehaul/a-48598464>
- Elmilek, Aya. 2018. "What Prompted the Protests in Sudan?". *Aljazeera*, Abril 12, 2019. <https://www.aljazeera.com/news/2018/12/prompted-protests-sudan-181224651302.html>
- Friedman, George 2011. "Re-examining the Arab Spring". Abril 6, 2019. <http://www.stratfor.com/weekly/20110815-re-examining-arab-spring>
- Fahim, Kareem. 2011. "Violent end to an era as Qaddafi dies in Libya". *New York Times* <http://www.nytimes.com/2011/02/12/world/middleeast/12egpt.html>
- Fahim, Kareem. 2011. "Slap to a Man's Pride set off Tumult in Tunisia". *The New York Times* Abril 11, 2019. <https://www.nytimes.com/2011/01/22/world/Africa/22sidi/html>

- Hashim, Mohana. 2019. "Bashir's State of Emergency Fails to end Sudan's Protesters". *BBC News*. Abril 12, 2019. <https://www.bbc.com/news/world/Africa.47360373>
- Goldstone, Jack. 1991. *Revolution and rebellion in the early modern world*. Berkeley: University of California Press
- Goldstone, Jack. 2001. "Toward a Forth Generation of Revolutionary Theory". *Annual Reviews of Political Science* 4 (139)139-187
- Gottschalk, Louis. 1944. "Causes of revolution". *American Journal of Sociology*, 50 (1) 1-8
- Hassan, Hamdi Abdelrahman. 2011. "Civil Society in Egypt under Mubarak Regime". *Afro-Asian Journal of Social Sciences*, 2(22) Pp.24-40
- Human Right Watch. 2014. "We stood, they opened fire". Abril 12, 2019. <http://www.hrn.org>
- International Crisis Group. 2018. "Breaking Algeria's economic paralysis. Middle East and North". *Africa Report*, no. 192, 17 Abril, 2018, www.crisisgroup.org
- Jones, Clive. 2011. "Yemen and the 'Arab spring': Moving beyond the Tribal order". In *The Arab spring of Discontent*, e-international Relations
- Joffe, George. 2015. "The Arab Spring in North Africa: Origins and Prospects". *The Journal of North African Studies*, 16 (4) 507-532
- Khan, Moshin e Mezran, Kareem 2019. "No Arab spring for Algeria". Atlantic Council, Rafik Hariri Center for the Middle East, Issue Brief https://www.files.ethz.ch/isn/180487/No_Arab_Spring_for_Algeria.pdf
- Kramdi, Ryad. 2019. "US Supports Algerian Protests against Bouteflika's Fifth Term Bid. Junho 3, 2019. <https://www.france24.com/en/20190306-usa-backs-algerians-right-protests-bouteflike>
- Lehmann, Kai. 2011. "Crisis Foreign Policy as a Process of Self-organization". *Cambridge Review of International Affairs* 24(1) 27-43
- Lehoucq, Fabrice. 2016. Does nonviolence works? *Comparative Politics*, 48 (2): 269-287
- Locke, John. 1960. *Two Treatises on Civil Government*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Mckay, Al. 2011. Introductory notes. In *The Arab spring of Discontent*, <https://www.e-ir.info/2011/06/30/the-arab-spring-of-discontent-an-exclusive-publication-by-e-ir/>

- Mekouar, Merouan. 2016. *Protests and Mass Mobilization: Authoritarian Collapse and Political Change in North Africa*. New York.
- Muller, Marion e Hubner, Celina. 2014. "How Face book Facilitated the Jasmine Revolution". *Journal of Social Media Studies*, 1(1). 17-33 <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.686.9780&rep=rep1&type=pdf>
- Negri, Stefania. 2015. "The Arab spring and the involvement of external actors in democratization processes". *Soft Power*, 2(2), 221-227
- Nepstad, Sharon Erickson. 2011. *Nonviolent revolutions: Civil resistance in the 20th Century*. Oxford: Oxford University Press
- Nassar, Adele Aaranki. 2016. "Events of the Tunisian Revolution: The Three First years". Uppsala, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Março 12, 2019. <https://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:910652/FULLTEXT01.pdf>
- Elamin, Nisrin e Mampilly, Zachariah. 2018. "Recent Protests in Sudan are Much More than Bread Riots". *The Washington Post*, Dezembro 28, 2018. <https://www.washingtonpost.com/news/pmleucage/M{2018/12/28/recent-protests-in-sudan-are-much-much-more-than-bread-riots/?atm/term=2bf654c1cfb>
- Nossiter, Adam. 2019. "Algerian Leader Bouteflika Resigns under Pressure from Army. Abril 16, 2019. <https://www.mytimes.com/2019/04/02/world/africa/Abdelaziz-Bouteflika.resigns.htm>
- QadirMushtaq, Abdul and Afzal, Muhammad 2017. "Arab spring: Its Causes and Consequences. In *JPUHS*, 30 (1)1-10
- Ramaswamy, Smith. 2003. *Political Theory: Ideas and Concepts*. Macmillan, Delhi
- Shahi, Afshin. 2011. "The Dictator is dead, God save the dictator!". *International Affairs, LSE Blog* <http://eprints.lse.ac.uk/83034/>
- Skocpol, Theda. 1978. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Summy, Ralph. (1994) Nonviolence and the case of the extremely ruthless opponent. *Pacifica Review: Peace, Security & Global Change*, 6:1, 1-29, DOI: 10.1080/14781159408412772
- Syed Hussain Shaheed Soherwordi e Anum Ikram 2011. "The Arab Spring: Causes, Effects and Implication for Pakistan and Afghanistan". *Pakistan Horizon*, 64 (3) 59-71

- The Economist. 2019. "The mummy resigns-Abdelaziz Bouteflika steps down after 20 years in charge of Algeria". <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/04/04/abdelaziz-bouteflika-steps-down-after-20years-in-charge-of-algeria>
- Tisdall, Simon. 2019. "Sudan and Algeria have Ousted Leaders, But Revolutions Rarely end Happily. *The Guardian*, Maio 15, 2019 <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/13/north-africa-sudan-algeria-revolutions-rarely-end-happily>
- Tucker, Vanessa. 2012. *Divergence and decline: The Middle East and the world after Arab Spring*. Washington: Freedom House
- Verjee, Aly. 2018. "Sudan after Sanction". *United States Institute of Peace Special Report*, Abril, 17, 2019, <https://www.usip.org/sites/default/files/2018-05/sr427-sudan-after-sanctions-sudanese-views-of-relations-with-the-united-states.pdf>
- Yom, Sean. 2011. *Authoritarian state-building in the Middle East from durability to revolution. CDDRL Working Paper No.121* (Fevereiro, 2011) Stanford University (Stanford CA)
- Zakaria, Fareed. 1997. "The rise of illiberal democracy", *Foreign Affairs* Novembro/Dezembro, 76 (6) 22-43

RESUMO

As condições existentes nos países do Oriente Médio e do Norte da África que deram origem à Primavera Árabe foram comparativamente exploradas no contexto de dinâmicas socioeconômicas e políticas heterogêneas que sustentaram seus resultados variáveis. Esses desenvolvimentos foram examinados posteriormente para traçar paralelos no atraso, mas eventual chegada da primavera árabe no Sudão e na Argélia. Baseando-se em evidências documentais, a análise de conteúdo temática contextual foi empregada para explicar o contágio que é a Primavera Árabe e sua chegada inevitável ao Sudão e à Argélia. O declínio dos meios de subsistência e oportunidades econômicas, o alto desemprego juvenil e a repressão política desencadearam o levante, mas a dinâmica política e sociodemográfica interna e o grau de influência internacional dos eventos nesses países geraram resultados diferentes no Sudão e na Argélia, tanto quanto nos outros países tocados pelas revoltas. A Primavera Árabe contém todas as armadilhas de uma revolução, mas inclinou-se fortemente para um viés não violento. A liberalização política e econômica de base ampla é, portanto, crítica para a estabilidade política e o progresso econômico no Oriente Médio, no Norte da África e na África Subsaariana.

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia. Crise econômica. Protestos públicos. Repressão política.

Recebido em 26 de dezembro de 2020

Aceito em 22 de fevereiro de 2021

Traduzido por Artur Holzschuh Frantz